

COMPANHIA BOTAFOGO

Relatório do auditor independente

Demonstração contábil
Em 31 de dezembro de 2025

COMPANHIA BOTAFOGO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Companhia Botafogo
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Botafogo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Botafogo, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Não recebimento da totalidade das circularizações de partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado na Rubrica "partes relacionadas", no passivo circulante, o montante de R\$ 2.769, dos quais o montante de R\$ 37 não obtivemos a respectiva confirmação de saldos. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de partes relacionadas, no ativo e passivo, em 31 de dezembro de 2025, assim como nos elementos componentes das demonstrações contábeis do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Situação econômica financeira da Companhia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 6.857 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.193 mil em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 28.752 mil (R\$ 23.045 mil em 31 de dezembro de 2024), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Nesse contexto, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei art. 163 da Lei 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos, sendo 2 anos de carência e 13 anos para amortização mensal, corrigidos pela TR +2% a.a. Em 20 de dezembro de 2024 o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Adesão ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Parcelamento da Lei nº 14.148/2021 - PERSE (Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos).

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Recuperação Extra Judicial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis do Botafogo de Futebol e Regatas que protocolou pedido de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei nº 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos, sendo dois anos de carência e 13 anos para amortização mensal, corrigidos pela TR +2% a.a. Em 08 de janeiro de 2024, o juízo deferiu o pedido, deferindo, ainda, a suspensão de todas as ações movidas em face das Requerentes. Em 20 de dezembro de 2024 o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

COMPANHIA BOTAFOGO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente caixa	3	37	30	Partes relacionadas	5	2.769	471
Tributos a recuperar	4	114	528	Fornecedores	6	28	2.278
		<u>151</u>	<u>558</u>	Obrigações tributárias	7	1.177	1.424
				Parcelamentos a pagar	8	3.035	2.558
				Obrigações trabalhistas		-	20
						<u>7.009</u>	<u>6.751</u>
				Não circulante			
				Parcelamentos a pagar	8	15.371	16.597
				Provisão para contingências	9	6.529	265
						<u>21.900</u>	<u>16.862</u>
Não circulante				Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	10		
Investimentos		1	1	Capital social		50	50
Imobilizado		<u>5</u>	<u>9</u>	Prejuízos acumulados		<u>(28.802)</u>	<u>(23.095)</u>
		<u>6</u>	<u>10</u>			<u>(28.752)</u>	<u>(23.045)</u>
Total do ativo		<u><u>157</u></u>	<u><u>568</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		<u><u>157</u></u>	<u><u>568</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BOTAFOGO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	11	-	(2.660)
Despesas tributárias		-	(41)
Despesas com depreciação e amortização		(4)	(543)
Despesas com provisão	12	(3.857)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	13	(233)	4.556
		<u>(4.094)</u>	<u>1.312</u>
Resultado antes do efeito financeiro e dos tributos		<u>(4.094)</u>	<u>1.312</u>
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(1.613)	(2.283)
Resultado financeiro, líquido	14	<u>(1.613)</u>	<u>(2.283)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(5.707)</u>	<u>(971)</u>
Prejuízo líquido por quotas		<u>(114,140)</u>	<u>(19,420)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BOTAFOGO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	(5.707)	(971)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.707)</u>	<u>(971)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BOTAFOGO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>50</u>	<u>(22.124)</u>	<u>-22.074</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(971)	(971)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>50</u>	<u>(23.095)</u>	<u>(23.045)</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(5.707)	(5.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>50</u>	<u>(28.802)</u>	<u>(28.752)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BOTAFOGO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(5.707)	(971)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	4	543
Resultado ajustado	(5.703)	(428)
(Redução) líquida nos ativos operacionais		
Variação de contas a receber	-	595
Variação de partes relacionadas	-	7.295
Variação de tributos a recuperar	414	603
Variação de depósitos judiciais	-	520
	414	9.013
Aumento líquido nos passivos operacionais		
Variação de partes relacionadas	2.298	7.295
Variação de fornecedores	(2.250)	(2.874)
Variação de taxa de concessão		(7.846)
Variação de obrigações tributárias	(247)	26
Variação de obrigações trabalhistas	(20)	6
Variação de provisões cíveis	6.264	-
Variação de parcelamentos a pagar	(749)	(1.755)
Variação de outros passivos operacionais		(3.408)
	5.296	(8.556)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	7	29
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	7	29
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37	30
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	7	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Informações gerais

a) Estrutura jurídica e objetivos

A Companhia Botafogo ("Companhia") é uma sociedade anônima capital fechado que tem por objeto:

- i) A participação em outras sociedades, comerciais ou civis, e consórcios, nacionais ou estrangeiros, como sócia, acionista, quotista ou consorciada;
- ii) O exercício e a exploração empresarial do desporto de rendimento, incluindo por meio da exploração das marcas de titularidades de seus acionistas ou de terceiros;
- iii) A elaboração e desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, educacionais, esportivos e de cunho social, além da conservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, bem como captação e/ou geração de recursos para viabilizar tais projetos;
- iv) A exploração comercial do equipamento esportivo denominado "Estádio Olímpico Nilton Santos anteriormente denominado Estádio Olímpico Municipal João Havelange)", com atividades de caráter esportivo, cultural, artístico, educacional ou comercial que sejam compatíveis ou complementares com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou, ainda, acessórias à atividade principal, incluindo a exploração de publicidade e a locação de áreas ou espaços para a exploração, por terceiros, dos serviços compatíveis, complementares ou acessórios às atividades principais, tudo conforme previsto no Termo de Concessão de Uso nº 46/2007-F/SPA celebrado pela Companhia Botafogo com o Município do Rio de Janeiro com período de concessão até 2031; e v) as atividades relacionadas à exploração de estacionamento rotativo.

A Companhia Botafogo S.A. é controlada pelo Botafogo de Futebol e Regatas ("BFR"), conforme nota 5.

Em 20 de dezembro de 2023, a Cia botafogo em conjunto com o BFR ingressou com pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial perante a 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital (Processo nº 0968417-69.2023.8.19.0005), com o objetivo de sanear dívidas de natureza quirografária .

O plano foi amplamente aceito pelos credores, atingindo adesão equivalente a 66,72% do passivo sujeito ao planl. As condições de pagamento aprovadas foram: (i) deságio de 90% para liquidação à vista; ou (ii) deságio de 40% para pagamento em 15 anos, com carência de 2 anos e amortização mensal pelos 13 anos subsequentes, com correção pela TR acrescida de 2% ao ano.

Em 20 de dezembro de 2024, o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado judicialmente, encerrando o processo de negociação e estabelecendo o cronograma definitivo de pagamentos aos credores.

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



Em 15 de agosto de 2024, conforme termo aditivo nº 81/2024 - F/SUPPA a concessão de uso do Estádio Nilton Santos foi transferida para SAF Botafogo por meio do termo de concessão de uso nº 46/2007 - F/SPA nos termos do art. 78, VI da Lei nº 8.666/1993.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de 6.857 mil reais (6.193 mil reais em 31 de dezembro de 2024) e um patrimônio líquido negativo no montante de 28.752 mil reais (23.045 em 31 de dezembro de 2024), evidenciando necessidade de aporte de recursos financeiros.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a Companhia seja incapaz de continuar suas atividades.

A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações foram elaboradas e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PMEs (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais), moeda funcional da Companhia.

2.3. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia são: caixas e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 03), transações com partes relacionadas (Nota Explicativa 04) e contas a receber.

ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia: fornecedores e conta corrente de terceiros.



iii) Impairment de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

2.4. Despesas diferidas

As despesas antecipadas são demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos a serem apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida úteis econômica dos bens.

2.6. Intangível

a) Contrato de concessão

O estádio Nilton Santos, atualmente está sobre administração integral da SAF Botafogo, que é responsável por toda operação e gestão das receitas e despesas, bem como investimentos de melhorias e manutenção, conforme entendimento entre as partes e acordo e acionista.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a concessão de uso do Estadio Nilton Santos foi transferida para SAF Botafogo por meio do termo de concessão de uso.

2.7. Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

**2.8. Fornecedores e contas a pagar**

Os saldos a pagar aos fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

2.10. Provisões para contingência

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos processuais passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

2.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é provável que recursos econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

2.13. Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pro rata die com base no método da taxa de juros efetiva.



2.14. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para riscos processuais, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a Companhia consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma Companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
 - Orientações de aplicação para ajudar as Companhias a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
 - Exemplos ilustrativos; e
 - Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:



- a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

2.16 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as Companhias contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;



d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.17 Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Bancos	37	30
	<u>37</u>	<u>30</u>

4. Tributos a Recuperar

	2025	2024
Cofins	93	434
Pis	21	94
	<u>114</u>	<u>528</u>

A companhia revisou as práticas tributárias adotadas e apurou créditos a recuperar não apropriados decorrentes da operação, uma vez que desde março de 2023 tem suas receitas tributadas em decorrência da exclusão de sua atividade econômica como beneficiária de alíquota zero pela Lei do PERSE:

	COFINS	PIS	Total
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2021	258	56	314
2022	221	47	268
2023	(532)	(150)	(682)
2024	(496)	(108)	(604)
	<u>434</u>	<u>94</u>	<u>528</u>

	COFINS	PIS	Total
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2021	258	56	314
2022	221	47	268
2023	(532)	(150)	(682)
2024	(495)	(107)	(602)
2025	(341)	(75)	(416)
	<u>94</u>	<u>20</u>	<u>114</u>

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



5. Partes Relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
S.A.F Botafogo	(37)	(30)
Botafogo de Futebol e Regatas	<u>(2.732)</u>	<u>(441)</u>
	<u>(2.769)</u>	<u>(471)</u>

6. Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores e contas a pagar (i)	<u>28</u>	<u>2.278</u>
	<u>28</u>	<u>2.278</u>

(i) A redução desta rubrica se deve a transferencia do valor do saldo do fornecedor SR Engenharia para contingencia cível conforme Proc. Nº: 0817661-43.2022.8.19.0208.

7. Obrigações Tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos, taxas e contribuições	38	360
Impostos, taxas e contribuições em dívida ativa (i)	<u>1.139</u>	<u>1.064</u>
	<u>1.177</u>	<u>1.424</u>

(i) Refere-se a ISS em dívida ativa atualizado monetariamente até 31/12/ 2025.

8. Parcelamentos a Pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PERSE (i)	15.423	15.479
Taxa de Concessão (ii)	<u>2.983</u>	<u>3.676</u>
	<u>18.406</u>	<u>19.155</u>
Circulante	3.035	2.558
Não Circulante	<u>15.371</u>	<u>16.597</u>
	<u>18.406</u>	<u>19.155</u>

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



- (i) Companhia Botafogo realizou em 2021 a adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, com intuito de mitigar os danos provenientes da COVID-19 ao setor de eventos. O parcelamento permite a renegociação de dívidas tributárias pelo período de até 12 anos.
- (ii) A companhia obteve em setembro de 2022, junto ao Município do Rio de Janeiro o parcelamento de débitos da concessão de competências anteriores através do processo SMF-PRO-2022/02008.

9. Provisão para Contingências

A Companhia Botafogo S.A. é parte em processos cíveis e outros em andamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

Para cada processo ou exposição a processo, a Administração com base no apoio dos seus consultores jurídicos, efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia. Com base nesta avaliação, a Administração registou provisão para cobrir as prováveis perdas referentes a processos de natureza cível.

Os processos considerados como de probabilidade de perda possível, não estão provisionados nas demonstrações contábeis, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Em 31 de dezembro de 2025		
	Provável	Possível	Remoto
Trabalhistas	-	-	-
Cível	6.529	917	232
Tributária	-	-	-
	<u>6.529</u>	<u>917</u>	<u>232</u>

	Em 31 de dezembro de 2024		
	Provável	Possível	Remoto
Trabalhistas	-	-	-
Cível	265	-	-
Tributária	-	-	-
	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



10. Patrimônio Líquido (Passivo à descoberto)

O capital social é de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2025 e está representado por um total de 50 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim representado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Botafogo de Futebol e Regatas	99,99%	99,99%
Outros acionistas não controladores	0,01%	0,01%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

11. Despesas Administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Água e esgoto	-	1.176
Energia Elétrica	-	1.185
Gás	-	213
Correios, cartórios e seguros	-	86
	<u>-</u>	<u>2.660</u>

Com a cessão do estádio para SAF as despesas com concessionários foram assumidas pela mesma.

12. Contingência Cível

Trata-se provisão da Ação de Cobrança ajuizada por SR ENGENHARIA EIRELI em face de COMPANHIA BOTAFOGO S.A, decorrente de alegado inadimplemento contratual relacionado à prestação de serviços de engenharia no Estádio Nilton Santos

13. Outra receitas e recuperação de despesas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recuperação de despesas/impostos (i)	233	163
Recuperação de obrigações com fornecedores (ii)	-	4.393
	<u>233</u>	<u>4.556</u>

(i) Valor referente a recuperação de impostos

(ii) Recuperação de despesas, taxa de concessão e concessionários pagos pela SAF em 2024, em 2025. Com a cessão do estádio as despesas passaram diretamente para SAF

Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)



14. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, encargos legais e variações monetárias sobre impostos, que são reconhecidos no resultado.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atualização de mútuos e fornecedores	-	(16)
Atualização de tributos municipais	(161)	(223)
Atualização de tributos estaduais	-	(370)
Atualização de tributos federais	<u>(1.452)</u>	<u>(1.674)</u>
Despesas Financeiras	<u>(1.613)</u>	<u>(2.283)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u><u>(1.613)</u></u>	<u><u>(2.283)</u></u>

15. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais riscos para a Companhia são analisados a seguir:

(a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Considerando que os ativos e passivos financeiros da Companhia possuem taxas de juros fixas e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de 12 meses, são livres de oscilações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros de mercado.



(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de assegurar que a Companhia sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações para atender às necessidades operacionais, sem causar perdas inaceitáveis ou de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de maneira significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Clube.

Marcus Vinicius de Figueiredo Furtado
Diretor-Presidente

Raquel Barbosa da Rocha de Sá
CRC-RJ Nº 071.871/O-8
Contadora